



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003651-12.2022.6.22.8000

INTERESSADO: ASSESSORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES - ASLIC

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação da pessoa jurídica NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, CNPJ 07.797.967/0001-95, para fornecimento de assinatura anual de acesso ao sistema "Banco de Preços".

DESPACHO Nº 92 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Assessoria de Licitações e Contratações - ASLIC, visando à contratação, com inexigibilidade de licitação, de sistema exclusivo com o maior banco de dados que consolida preços de produtos e serviços praticados no âmbito da Administração Pública, com diversas fontes, ferramentas e recursos fornecido pela NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, CNPJ n. 07.797.967/0001-95, para atender a demanda deste Tribunal ([0958541](#)).

Para instruir os autos, carreu-se o documento de formalização da demanda ([0958544](#)); solicitação de contratação ([0959901](#)); proposta da empresa ([0961819](#)); informação conclusiva do valor estimado para contratação direta ([0961823](#)); comprovante de exclusividade fornecido pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação ASSESPRO Regional Paraná ([0971848](#)); documentos de habilitação da empresa ([0962597](#) e [0972089](#)); e o termo de referência ([0967010](#)), o qual estima o valor total da contratação em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

A SPOF, em atenção à Remessa n. 56 ([0967228](#)), realizou a programação orçamentária da despesa pretendida, registrando que essa encontra-se adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro ([0967260](#)).

A SAC, em análise do termo de referência, complementado pela proposta ([0961819](#)) e o termo de aceite do TR ([0967005](#)), concluiu que os documentos encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 72 c/c art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, para contratação direta por inexigibilidade de licitação ([0970720](#)).

A SECONT elaborou a minuta de contrato de evento n. [0966894](#) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC ([0966895](#)), a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do § 4º do artigo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

53 da Lei n. 14.133/2021. Ademais, a AJSAOFC opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021, diretamente com a empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA; e pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([0972137](#)).

Instada, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do Termo de Referência n. 3/2023 ([0967010](#)); pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0961823](#)); pela contratação direta da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 07.797.967/0001-95, por inexigibilidade de licitação; pela publicação do ato autorizativo de inexigibilidade e do extrato do contrato ou nota de empenho no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, bem assim no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([0972239](#)).

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

O art. 74 da Lei de Licitações e Contratos define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Veja-se:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

(...)

Como verifica-se, o dispositivo exemplifica situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

à inexigibilidade, dentre elas a situação da exclusividade do fornecedor, quando apenas uma única empresa oferece determinado produto ou serviço que a Administração Pública necessita. Dessa forma, se apenas uma empresa pode ser a fornecedora, não existe competição, logo não faz sentido realizar uma licitação.

Para comprovar que apenas determinada empresa é capaz de satisfazer a Administração, a legislação solicita comprovação da exclusividade, por meio de atestados, certificados e outros documentos, tal como está exposto no art. 74, § 1º:

(...)

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

Feito os registros acima, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, nos serviços especificados no objeto do termo de referência, diretamente com a empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, fornecedora exclusiva do sistema Banco de Preços e que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública, conforme certidões de regularidade juntadas nos autos.

Registra-se que, no caso sob análise, foram observados os requisitos previstos nos incisos VI e VII do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, uma vez que, por se tratar de fornecedor único do serviço, como declarado nos autos, está justificada a escolha do fornecedor e, no tocante ao preço, o valor do contrato foi obtido a partir da comparação do valor da proposta com os preços praticados pelo fornecedor em outras instituições, para o fornecimento de idêntico objeto a órgãos da Administração Pública - na forma dos documentos juntados nestes autos e informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021 ([0961823](#)), onde há demonstração de que os valores apresentados são razoáveis e atendem aos princípios da eficiência e economicidade, mesmo tratando-se fornecedor exclusivo, o que dá suporte ao procedimento de exceção ao dever de licitar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO nº 66/2018, **AUTORIZO** a inexigibilidade de licitação descrita no art. 74, I, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

I - aprovo Termo de Referência n. 3/2023 – ASLIC (0967010), na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

II - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [0961823](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

III - autorizo a despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

IV - autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 07.797.967/0001-95, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); e

V - **Determino a publicação do ato autorizativo no DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#) e no Parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) do contrato e de seus aditamentos no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À ASLIC para providenciar o encaminhamento do Termo de Referência 3 ([0967010](#)) e da minuta de Contrato ([0966894](#)) à empresa contratada.

À SAOFC para continuidade das ações, visando à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 01/02/2023, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0972307** e o código CRC **5C1BE3FE**.

0003651-12.2022.6.22.8000